

DO PAISAGISMO ÀS PAISAGENS: ENTREVISTA COM CINTIA CHAMAS¹

Alicia Norma González de Castells

Dagoberto José Bordin

Caetano de Freitas Medeiros

Esta entrevista apresenta a trajetória profissional e acadêmica da arquiteta Cintia Costa Chamas desde seu início, enquanto estudante e estagiária de arquitetura no Rio de Janeiro, até os dias atuais, como servidora pública federal na Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Ao falar de sua história, a arquiteta oferece aos seus interlocutores uma visão aproximada das relações estabelecidas quando da transferência de bens privados para a gestão pública, em especial na área das ciências naturais, bem como um panorama das atividades realizadas pelo IPHAN no município de Florianópolis, em especial na Ilha do Campeche.

Cintia Aparecida Pereira Costa Chamas é arquiteta (Universidade Presbiteriana Mackenzie), especialista em Ecologia e Recursos Naturais (Universidade Federal do Espírito Santo, 1995) e mestre em Geografia (Universidade Federal de Santa Catarina, 2008). Atualmente, Cintia é a técnica do IPHAN responsável pela coordenação da gestão da Ilha do Campeche.

¹ Entrevista realizada no dia 10 de outubro de 2016 nas dependências da Superintendência do IPHAN em Santa Catarina, em Florianópolis.

Nauí – Gostaríamos de começar com uma apresentação tua e que falasses sobre tua trajetória acadêmica: tuas experiências no Rio de Janeiro e no Espírito Santo e, depois, aqui em Florianópolis.

Cintia – Meu nome é Cintia Chamas. Sou arquiteta formada em São Paulo. Na graduação, sempre me interessei por paisagismo. Acabei conseguindo um estágio de férias no escritório do Burle Marx², no Rio de Janeiro. Era pra ficar um mês lá e eu fiquei seis anos. Depois que me formei, fiquei no escritório um tempo e o Roberto doou o sítio para o governo, na época para a Fundação Pró-Memória. Uma parte dos funcionários que trabalhavam no escritório foi incorporada ao sítio. Foi assim que eu entrei no IPHAN³. Lá no sítio, iniciei bem no processo da transição, porque era o ateliê dele, a obra de sua vida inteira, que estava passando para uma instituição pública, e tinha que passar por uma organização, inclusive da coleção de plantas. Depois de seis anos no Rio, pedi transferência para outra unidade do IPHAN, no interior do Espírito Santo, em Santa Teresa, o Museu de Biologia Professor Mello Leitão⁴, uma instituição que tem uma similaridade com a anterior – o sítio tinha sido obra do Roberto, da vida inteira, e ele doou para o Governo, e lá no Espírito Santo também, era um museu de biologia que tinha sido obra de uma vida inteira do

² Roberto Burle Marx foi um paisagista brasileiro, nasceu em São Paulo, em 1909, e se formou em Artes Plásticas na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro. Burle Marx morreu em 1994, depois de projetar mais de dois mil jardins. O “sítio” - Sítio Roberto Burle Marx - é uma Unidade Especial do IPHAN, tendo sido tombado no ano de 2.000. Possui uma valiosa coleção de plantas tropicais e semitropicais, resultante do trabalho de toda uma vida de, curiosamente, buscar plantas pelo mundo.

³ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao IPHAN proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras. A Fundação Nacional Pró-Memória foi uma das denominações que recebeu a instituição federal de preservação do patrimônio cultural entre 1979 e 1990. Em 1994 a instituição retomou o nome IPHAN.

⁴ O Museu de Biologia Professor Mello Leitão (MBML) é um museu público federal, subordinado ao Instituto Brasileiro de Museus, localizado na cidade de Santa Teresa, no interior do Espírito Santo. Fundado em 1949 pelo naturalista Augusto Ruschi, é uma das principais instituições ligadas ao patrimônio natural do país. Seu nome é uma homenagem ao zoólogo Cândido Firmino de Mello Leitão, importante pesquisador brasileiro e amigo pessoal do fundador.

Augusto Ruschi⁵, um cientista que estudava principalmente os beija-flores, e também entrei bem nesta fase de transição, de sair das mãos do criador e passar para o Governo. Porque o Ruschi tinha passado os últimos anos meio trancado, recolhido, escrevendo. Então, o museu estava em péssimas condições físicas. Coisa boa para um arquiteto, quando vê um monte de coisas pra arrumar. Lá, continuei desenvolvendo esta minha tendência para a área natural, fiz uma especialização na Universidade Federal do Espírito Santo, em Ecologia, e, na monografia, uma pesquisa para buscar, em uma reserva de Mata Atlântica, quais plantas tinham potencial ornamental. Para o paisagista, é uma frustração ver uma grande oferta de plantas de outros lugares quando a gente tem uma flora riquíssima! Isso de valorizar a flora nativa vem da escola do Burle Marx. Claro que sem ser radical de só usar a flora nativa, mas a gente tem que valorizar o que é daqui. Então, para a pesquisa, criei um método de análise e durante um ano e meio fiz idas a campo, percorrendo, sistematicamente, as mesmas trilhas. Equando via alguma planta que tinha interesse ornamental, por sua flor, ou folha, pela textura ou cor ou pela arquitetura da planta, eu registrava aquela planta e, uma vez por mês, percorria as trilhas para acompanhar a fenologia⁶ – época que ia estar com flor, com fruto... Para cada espécie, eu marcava os aspectos de maior interesse ornamental e criei uma tabela de valores. Defendi isso. A segunda parte do projeto, de avaliar a capacidade de domesticação das plantas – às vezes a planta é linda mas vai te custar tanto domesticar que você não vai conseguir colocar no mercado, comecei a fazer, mas daí eu vim pra cá. Foi interrompido este processo. Aqui, vim trabalhar na superintendência de Santa Catarina, outra realidade, dentro do IPHAN. Trabalhei um tempo com a Praia do Forte, com o Forte São José da Ponta Grossa, num trabalho de cuidar da paisagem do entorno para que não interferisse negativamente no visual do forte. Depois,

⁵ Augusto Ruschi (12 de dezembro de 1915 – 3 de junho de 1986) foi um agrônomo, ecologista e naturalista brasileiro. Foi professor titular da UFRJ e pesquisador do Museu Nacional. Foi pioneiro no combate ao desmatamento da Amazônia e antecipou os efeitos deletérios do reflorestamento com espécies exóticas e do uso de agrotóxicos, entre outros problemas ambientais contemporâneos. Em 1994, através de lei federal, foi-lhe concedido o título de Patrono da Ecologia no Brasil.

⁶ Forma contraída de fenomenologia, ramo da ecologia que estuda os fenômenos periódicos dos seres vivos e suas relações com as condições do ambiente, tais como temperatura, luz e umidade.

comecei a trabalhar com a Ilha do Campeche⁷, no final de 1997, começo de 1998.

Nauí – Foi teu primeiro contato com a Ilha do Campeche? Participaste do tombamento da ilha?

Cíntia – Organizei o documento que deu início ao processo. Construí o documento – mas a gente não faz nada sozinha, procurei alguns especialistas para os pareceres. A documentação foi encaminhada para o departamento da área central do IPHAN e daí a gente vai atrás de cada técnico, são vários técnicos, cada um na sua área e vai alimentando o processo. A gente – cada especialista em sua área - vai justificando, argumentando e respondendo a todos os questionamentos até que é decidido se é o caso de tomar ou não. Em julho de 2000, a ilha foi tombada como Patrimônio Arqueológico e Paisagístico Nacional.

Nauí – O que significa, na prática, tomar uma ilha como patrimônio arqueológico e paisagístico?

Cíntia – A Ilha do Campeche tem muitos sítios arqueológicos, são valiosos tanto pelo aspecto quantitativo e quanto qualitativo. O tombamento significou, na época, reconhecer a excepcionalidade da Ilha. Porque, independente de ser tombado, todos os sítios arqueológicos do território nacional, no Brasil, já são protegidos por lei. Tem uma lei de 1961 que define o que são bens da União. A gente não precisa tomar para proteger um sítio arqueológico. Mas a Ilha do Campeche merecia uma chancela especial. Então, foi tombado, também, no aspecto paisagístico. O tombamento não interfere no direito de propriedade, no direito de uso. Ele só te impede de promover interferências físicas que possam descaracterizar o bem. Na época, nós optamos por manter – tinha ocupantes, a

⁷ Localizada na costa leste da Ilha de Santa Catarina, em frente à Praia do Campeche, a Ilha do Campeche possui um rico ecossistema e abriga representativa parcela do patrimônio arqueológico do Estado de Santa Catarina. Desde fevereiro de 1940, a Ilha do Campeche está sob os cuidados da Associação Couto de Magalhães e, atualmente, está sob a gestão do IPHAN, compartilhada com distintas associações que auxiliam na conservação do lugar. Com mais de 100 petróglifos distribuídos em 10 sítios arqueológicos, nove estações líticas, monumentos rochosos e sítios de ocupação, a Ilha do Campeche foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 2000 como Patrimônio Arqueológico e Paisagístico Nacional.

gente optou por manter todos os ocupantes, todos que faziam uso da ilha, e começamos a trabalhar a conscientização desses vários grupos e reorganizar as atividades e criar normativas para estancar um processo perigoso de turismo agressivo que estava acontecendo.

Nai – E qual era essa situação especial da Ilha do Campeche que justificou o tombamento?

Cintia – Excepcionalidade dos sítios arqueológicos. Uma grande quantidade de sítios numa ilha. O bom estado de conservação desses sítios. Porque lá a gente tem as gravuras, que são as inscrições feitas nas rochas, feitas por populações que estiveram aqui, a gente não tem a definição de que grupo fez isso. Tem as oficinas líticas, que são o testemunho do fazer as ferramentas. Ao pegar um bloco de pedra pra se moldar com areia e água, eles iam modelando e iam formando uma circunferência, então ficam essas bacias – oficinas líticas, que são os amoladores e tem, também, os afiadores que afiavam as ferramentas, são lineares, e são lindíssimos. Tem também a Armação do Pântano do Sul, que foi fundada em 1770, 1772, ela chamava Armação da Lagoinha e ia até a Lagoa do Peri, e a Ilha do Campeche pertencia a este complexo. Na Ilha tem um sítio arqueológico histórico, que é a ruína do tanque de armazenamento de óleo de baleia. Talvez não fosse só armazenamento, porque tem também indícios de ter tido uma chaminé e de alguma forma esse óleo poderia ter sido processado lá. Do lado do sítio tem uma figueira que abraçou uma estrutura e você olha lá dentro da figueira e ainda vê os blocos. Na planície da praia, tem um sítio arqueológico sob as casas, volta e meia aflora um material lítico, caco de cerâmica, machadinha, pontinha de flecha, mas ainda não se tem a delimitação do sítio, sabe que está naquela área que é ocupada.

Nai – E há quinze anos, realiza o curso para monitores. Tem alguns monitores que estão lá desde o começo?

Cintia – Tem gente antiga, mas não tanto! Quando a gente (IPHAN) chegou, já tinha visita às trilhas e que era feita de uma maneira imprópria para um bem

tombado. A gente começou a capacitar estas pessoas. Palestras, começamos devagarinho. Acabou virando um curso, o pessoal chama de Curso do IPHAN. Quando chega o finalzinho do primeiro semestre as pessoas já começam a ligar para cá para perguntar quando é que vai começar o curso. É um evento que já foi incorporado ao calendário do sul da ilha. A gente dá as disciplinas básicas dos assuntos relacionados à ilha: história, arqueologia, ecologia, flora, fauna... A gente se preocupa também com a formação deles como cidadãos. Muitos deles são pessoas que estão tendo a primeira atividade profissional, temos a parte de comunicação e expressão, de socialização deles, aulas de saúde preventiva, relações interpessoais, para dar um início de preparo para poderem desenvolver uma atividade profissional. A grade do curso deste ano é dividida em cinco módulos, Conservação - onde estão as aulas das políticas de proteção ao patrimônio cultural e ambiental. Tem algumas instituições parceiras que vêm dar palestras: Marinha do Brasil, Polícia Militar Ambiental, Secretaria de Patrimônio da União. Alguns animais que se tem avistamento na ilha: baleia, lontra, tartaruga. A gente então traz as pessoas experts nestas áreas para dar palestras. Tem ainda os módulos de Arqueologia e História e o de Ecologia e Meio Ambiente, Uso Público, Profissionalismo e Educação Preventiva – tem as aulas teóricas e depois eles vão pra ilha do Campeche ter as aulas práticas. Eles precisam ter informações de turismo de natureza, turismo cultural, conhecer as trilhas e saber como é que funciona a visitação e o uso público da ilha, o Termo de Ajustamento de Condutas, a Portaria do IPHAN, o sistema de conservação da Ilha do Campeche. Esta parte de profissionalismo e educação preventiva. Relações interpessoais. Postura profissional. Comunicação e expressão. Não adianta eles terem o conteúdo e não saber como se expressar, como lidar com o visitante. Primeiros socorros e prevenção de incêndios. Porque a gente está lá numa ilha. Muitas vezes eles já tiveram que fazer os primeiros atendimentos. Quando chamam o socorro, tem o helicóptero que chega bem rapidinho, mas quando a pessoa está numa situação crítica, o rapidinho demora muito tempo.

Nai – Que tipo de incidente acontece. Picada de cobra?

Cintia – Não. Lá não tem cobra. Tem possibilidade de afogamento. . Água viva, ouriço, pode ter acidente com alguma embarcação, já teve um senhor que teve um infarto. A gente conseguiu que no verão inteiro os bombeiros disponibilizassem dois postos de guarda-vidas. A gente vai construindo parcerias ao longo do tempo

Nauí – Quando é dado o curso?

Cintia – De agosto a dezembro, todo ano, nos finais de semana e feriados. O grande público é o público escolar, então não podemos ter aulas durante a semana. Este é o básico.

Nauí – Mais meninos ou mais meninas?

Cíntia – Equilibra. Qualquer idade acima de 16 anos. O mais velho tinha quase 60 anos. Já tivemos duas mães e filhas trabalhando. Estes módulos básicos totalizam 90 horas. Todo ano a gente aumenta um pouquinho, coloca uma nova disciplina, avalia, fala com os professores, fala com os alunos. Observa o que acontece na prática e todo ano remodela. Isso para o monitor poder atuar no sistema de conservação da ilha que inclui recepcionar o visitante, cuidar das entradas das trilhas, porque não pode ter ingresso às trilhas desacompanhado. Foi contratado um estudo de capacidade de suporte preliminar e foi definido um número de desembarques máximos por dia. . Foram distribuídas cotas entre as diversas associações credenciadas para o transporte de visitante e é preciso fazer esse controle

Nauí – E qual é este número?

Cintia – Oitocentas pessoas por dia. No verão. Na baixa temporada, nem precisa ter esta preocupação porque não alcança. Tem que monitorar os sítios arqueológicos e as trilhas. Porque temos que fazer a manutenção das trilhas, manter a drenagem das trilhas abertas por questão de segurança e de garantia que a trilha vai permanecer estável.

Nauí – Isso tudo é o IPHAN que faz?

Cintia – Isso tudo é este sistema de conservação que a gente criou. E, além das trilhas terrestres, tem as trilhas subaquáticas. Então, o monitor que quiser conduzir trilha subaquática terá que fazer mais um módulo do curso. Mais 22 horas. Este módulo é opcional, e para maiores de 18 anos, que sabem nadar, passar no teste de condicionamento físico. A água não é nosso meio habitual, então temos muita preocupação de que ele possa se garantir para garantir a vida do outro. A gente faz só apneia. Até hoje, não teve nenhum problema. Este curso foi criado pelo IPHAN. Daí eles vão participar de uma seleção que vai considerar a frequência no curso, as provas escritas e a prova prática (eles vão conduzir os professores na trilha). Temos que selecionar 35 pessoas e há um curso de reciclagem para quem já foi monitor no ano anterior. Atualmente, estamos com quase 40 alunos no curso de formação e mais 20 no de reciclagem. Já teve anos em que não tinha tanto aluno. Antigamente, havia limite de idade. Retiramos essa restrição pois percebemos a importância de ter um grupo heterogêneo.. O curso é uma ação educativa do IPHAN, é aberto à comunidade. A gente estimula que as pessoas façam o curso, como ouvinte, não precisa ser inscrito, independente de querer ser monitor.

Nauí – O fato de participar desta experiência direciona, quero dizer, este curso de monitor encaminha para um curso superior na área?

Cintia – Sim. A gente tem vários exemplos de descoberta de vocação. Teve um que começou gurizinho, 16 anos, a mãe dele disse que ele todo dia contava a aula inteira. Ela tinha que ficar escutando. Ele foi monitor vários anos. Depois, dois irmãos dele foram monitores também. Ele descobriu sua vocação e fez Oceanografia por causa disso, hoje está fazendo doutorado, é professor do Curso de Monitores e atua como coordenador de trilhas subaquáticas na Ilha do Campeche. Uma vez um policial, que era do bairro, veio dar um depoimento de como ele percebia a importância de nosso trabalho para tirar os meninos da rua, do problema das drogas. Eu acompanho o curso de perto nos finais de semana. Duas semanas atrás, estava passando lá no trevo do Campeche, trânsito parado e uma moça, vendo o carro do IPHAN, perguntou: Ah, IPHAN. Este que é o curso da Ilha do Campeche? Isso é muito gratificante.

Nai – A procedência dos monitores é o bairro do Campeche?

Cintia – Vai mudando. Teve uma época que era muito o pessoal do bairro, toda a molecada do bairro. Faziam 16 anos e iam pro curso. Depois esse pessoal começou a ir para a faculdade. Agora a gente está com público maior da academia. Muita gente da oceanografia, da geografia. Um chama o outro. Vai mudando a personalidade do grupo.

Nai – Vocês não colocam nenhuma restrição, qualquer um pode procurar o curso?

Cintia – Qualquer um. Quanto mais gente fizer o curso, melhor, pois estamos divulgando e conscientizando a proteção do patrimônio cultural e natural. Tem várias associações envolvidas. Temos que ter o pessoal do bairro lá, da Associação de Pescadores. A gente incentiva que os pescadores levem os filhos para fazer o curso. Já teve filho de pescador fazendo o curso e isso é importantíssimo. Não adianta só termos o público da academia. É muito importante ter pessoas do bairro lá.

Nai – Com relação às outras ilhas que circundam a Ilha de Santa Catarina, a realidade da Ilha do Campeche é única ou as outras também têm sistema de monitoramento?

Cintia – Temos a Reserva do Arvoredo, no norte. Temos todo um sistema de monitoramento feito pelo ICMBio. É outra forma de proteção. Nosso foco é diferente, é o patrimônio cultural. Criamos, na Ilha do Campeche, um sistema de conservação específico. A equipe de visitação que formamos e credenciamos, a organização da visitação pública, tudo isso é muito importante para a Ilha do Campeche. Outras áreas são geridas de outras maneiras e às vezes não têm visitação. São objetivos e gestões diferentes, há várias categorias. Mas a Ilha do Campeche está num status que permite a visitação e essa interação é importantíssima para conscientizar as pessoas e fazê-las se apaixonar e proteger e estar do nosso lado.

Nauí – O curso apareceu porque se observavam problemas na ilha. Que problemas vocês verificavam antes de começar este trabalho? Estes problemas foram sanados?

Cintia – Problemas no conteúdo do que era apresentado, problemas no comportamento. Não tinha regras. Era feito de maneira informal e comercial. A gente achou importante que houvesse outra formatação, já que a ilha foi tombada, aquele tipo de atividade não estava mais adequado. Então, fomos trabalhando e burilando ao longo dos anos. Esse curso começou com 40 horas. A gente percebia que faltava conhecimento em tal área, então acrescentava uma disciplina ou incrementava a ementa de uma disciplina. Cada ano vai mexendo um pouquinho. Nunca vai estar pronto. É um processo.

Nauí – Isso modificou o caráter do turismo, do público que visita a ilha?

Cintia – O público que vai a gente não tem controle. Já tentamos algumas vezes, conscientizar algumas agências turísticas que não tinham conhecimento de que lá a gente pratica uma visitação diferenciada, educativa. Fizemos em alguns anos, antes do verão, seminários para o setor turístico. Nos reunimos para mostrar que tem algumas normas. Não é que a gente está aqui querendo impedir alguém de trabalhar, nem criar normas sem sentido. Para podermos proteger, precisamos organizar. Trabalhamos pelas demandas: sente que falta isso, vai lá e investe. Tem a Associação de Pescadores da Armação, que é um dos grupos que leva monitores para a Ilha do Campeche, e entendemos que eles têm uma importância grande na pesca artesanal. Tem a renda de bilro e tudo isso faz parte da cultura daquele bairro, então vimos que eles não percebiam sua importância, e fizemos uma exposição valorizando a pesca artesanal e a renda de bilro. Ficamos um tempo coletando fotos antigas e isso você tem que fazer com pessoas do bairro, conhecíamos algumas e íamos com elas na casa das pessoas mais velhas pedir as fotos e para contarem suas histórias... Daí montamos uma exposição que ficou exposta todo o verão, você passa a igreja e naquela rua sem saída, à esquerda tem um galpão da Associação de Pescadores Artesanais e a gente passa dentro dele pra chegar no trapiche. Todo turista que ia para a ilha ou para a praia passava lá e via. E

você via os pescadores orgulhosos porque tinha a foto deles pequeninhos, do modelo de rede de cerco que foi criado na Armação, com o desenho de um pescador. A gente conseguiu que uma das rendeiras ficasse o verão inteiro lá fazendo renda e vendendo. Foi ótimo. Eles se aproximaram do IPHAN, se sentiram importantes. Daí no outro verão eles vieram pedir para expor de novo. A mesma exposição. Igualzinha. Então, a gente vai sentindo, não tem uma receita. Começamos a perceber que havia pessoas que moravam em frente à ilha e que nunca tinham ido pra ilha. Daí fizemos um projeto para que as pessoas se apropriassem da Ilha do Campeche. Para incentivar isso, a gente começou a trabalhar com as crianças. Criamos o projeto Escolas na Ilha do Campeche, que é destinado às escolas públicas. São três fases. Na primeira, a gente vai pra sala de aula, uma palestra de uma hora e meia, falando da ilha, da parte histórica da região de como é a ilha e como será a visita. Levamos alunos que já participaram deste projeto em anos anteriores. Depois vem o passeio na ilha – eles ficam excitadíssimos, a gente trabalha com os sextos anos. Eles têm 11 anos. Daí vão com os professores, a gente, um pai ou mãe que queiram ir a gente incentiva. Às vezes, eles ficam muito inseguros de deixar o filho fazer um passeio de barco. É importante o pai ou a mãe de alguns deles irem para criar este elo. Dá mais tranquilidade. Daí eles vão para a ilha e ficam em êxtase. Sempre tem um banho de mar no fim do dia. A gente sempre fala que quer um retorno deles. Vocês vão fazer alguma coisa para a gente. O que vocês quiserem, mas de alguma forma vocês têm que passar para gente o que vocês sentiram. Alguns fazem desenho, outros redação, maquete... Na Escola Dilma, tem uma rádio [Rádio Comunitária Campeche]. Daí fizeram um programa na rádio sobre a Ilha do Campeche. Os trabalhos são expostos na Escola no final do ano. feira de ciências.

Nai – Estas pessoas recebem dinheiro para fazer o monitoramento?

Cintia – Recebem. O IPHAN financia o curso, o Projeto Escolas na Ilha do Campeche e até o ano passado ainda dava o uniforme para a equipe de visitação, mas ainda há todo o resto, tem muito gasto. A gente organizou de uma forma que a visitação tivesse independência financeira do órgão público e

que fosse sustentável. A receita vem do ingresso das trilhas terrestres, das trilhas subaquáticas, do aluguel de equipamento e da taxa de desembarque. Tudo foi construído aos poucos. No começo, ninguém contribuía. Depois, aos poucos, fomos organizando de forma que quem ganhasse alguma coisa deixasse também alguma coisa na ilha. O transportador cobra quanto ele quiser, não interferimos nisso, mas cada turista que desembarca ali deixa cinco reais para a ilha. O restaurante alimenta a equipe inteira no verão, são 25 pessoas por dia. Todos que ganham dinheiro, de alguma forma contribuem. Esse dinheiro que entra vai pagar a equipe de visitação, pela média do mês, a gente nunca sabe quanto será. As atividades dessa equipe, na verdade, é uma ação para proteção da Ilha do Campeche. Eles ganharam o curso de graça e são credenciados para participar do sistema de visitação e de monitoramento da Ilha do Campeche, e recebem um honorário por isso. Com o recurso vai pagar que entra também será feita a manutenção das trilhas, que tem que refazer sempre – capina, faz um degrau, um corrimão. Também temos gastos com frutas, água, filtro solar, eles ficam lá o dia inteiro.. E tem toda parte administrativa, o contador,, o recolhimento do INSS, tem toda uma estrutura contábil e administrativa, tem muito gasto. E ainda reservamos uma parte para um fundo de conservação da ilha que é um dinheiro que só pode ser mexido com a anuência de todos os signatários e do Ministério Público Federal e ainda se reserva uma parte do dinheiro para manter a baixa temporada. Porque no inverno tem uma visitação muito irregular – a ilha fica aberta o ano inteiro, temos que manter dois monitores na Armação o ano inteiro, às vezes eles ficam dias e dias e não vem nenhum visitante, ou vem visitante e não faz trilha. Não importa, é o verão que sustenta o inverno. Sempre há reposição de equipamento de mergulho e outras coisas. Todo ano termina justinho. É importante que seja um sistema autônomo. Enquanto isso for autossustentável, está garantido. A hora que eles passarem a depender de um recurso externo, que pode ser que venha, pode ser que não, já fragiliza. Compromete a continuidade. Falei dos signatários pelo seguinte: a gente chegou num ambiente em que já havia muitas atividades acontecendo. O que a gente fez foi começar a conscientizar, a estabelecer parcerias, acordos, porque, para este

tipo de visitação funcionar, precisamos de muita gente, cada um fazendo sua parte. Só que na hora de cada um cumprir os acordos havia muita dificuldade, nem todos cumpriam. Então, esses acordos passaram a ser firmados no Ministério Público Federal. Daí começou a funcionar. Todo ano é renovado. Há também uma norma do IPHAN, que é a Portaria 691 de 2009 que organiza a visitação e o uso da Ilha do Campeche. E tudo foi construído a passo de formiguinha. Quando você chega num lugar que já tem uma situação estabelecida, você não pode chegar já definindo regras. Primeiro, você tem que sentir e começar a trabalhar nas emergências, nas coisas mais graves, devagarinho, sempre tateando. Por exemplo, acampamento. Quando a gente chegou, viu que causava impacto, percebemos que tínhamos que fazer algo. Inicialmente, restringimos a área e não resolveu; no outro ano, foi definido um número pequeno de barracas, continuou causando impacto. Daí, no terceiro ano, foi proibido. Assim, fica claro que não é uma gestão autoritária que se tentou de tudo antes.

Nai – As ações que ocorrem em terra, excesso de lixo lançado o mar e esgoto, estas ações têm afetado a Ilha do Campeche?

Cintia – Sim, sempre tem lixo, a gente recolhe e no dia seguinte tem lixo de novo lá, você encontra quentinhas de isopor. E tem também uma preocupação com a possibilidade de construir um emissário submarino na região do Campeche. Tem que ser bem pensado porque mesmo que seja distante da ilha, temos ascorrentes marítimas. Seria afetada a vida marinha da Ilha, a pesca artesanal, a visitação e a paisagem tombada. O lixo que a gente produz na ilha é recolhido. A mensagem que a gente passa para o visitante é que aqui é uma ilha e todo o lixo que se produz deve ser levado embora. Antigamente, tinha lixeiras, mas lá não passa caminhão da Comcap, né? Se eu vejo uma lixeira, acabou minha responsabilidade. Houve um tempo que eram distribuídas sacolinhas de lixo, mas também não deu certo pois fica um monte de sacolinhas de lixo na praia. Percebemos que o lixo deveria ser de responsabilidade das pessoas. Demorou um tempo para cair esta ficha.

Nai – A situação de Abrolhos (na Bahia) e Fernando de Noronha (em Pernambuco) serve de referência pra situações em outras ilhas?

Cintia – Em Fernando de Noronha acho que é tão específica. Lá tem parque, tem reserva, tem as pessoas que moram lá. Tem a questão da distância, então já é mais fácil você controlar. Lá tem problemas sérios com os nativos. Você mora lá e casa com alguém de fora e não pode levar sua família. São outras coisas. No caso da Ilha do Campeche, tem só dois ocupantes e um deles é uma associação de lazer e eles têm um caseiro. Não tem uma população fixa que seja expressiva.

Nai – Tem uma série de animais que frequentam a ilha: lontras, tartarugas. A baleia-franca aparece?

Cintia – Por pouco a ilha não entrou na APA da Baleia-franca. O avistamento embarcado quando chega uma distância da baleia eles têm que desligar o motor do barco e só vai se aproximar se a correnteza levar. Tem aves, mas elas são mais difíceis de ver com um grupo, porque é difícil de manter silêncio com grupos grandes. Tempos atrás foram levados dois casais de quatis e eles predam ovos de passarinho (do tié-sangue, por exemplo). Os quatis não têm inimigos naturais. Tem que esterilizar até que eles não consigam mais se procriar. Só que esse procedimento tem que ser revisado, porque se escapar um, fértil, já compromete.

Nai – Nesses quinze anos, teve muito trabalho acadêmico realizado na ilha?

Cintia – Sim. Teve na área do turismo, teve levantamentos ambientais, arqueologia, com destaque para a tese da arqueóloga Fabiana Comerlato (inscrições rupestres) e, na área de ecologia, a pesquisa do Alexandre Mazzer sobre a ecologia da paisagem da ilha, teve trabalhos com fauna, flora... dispersão de jerivá... quatis...

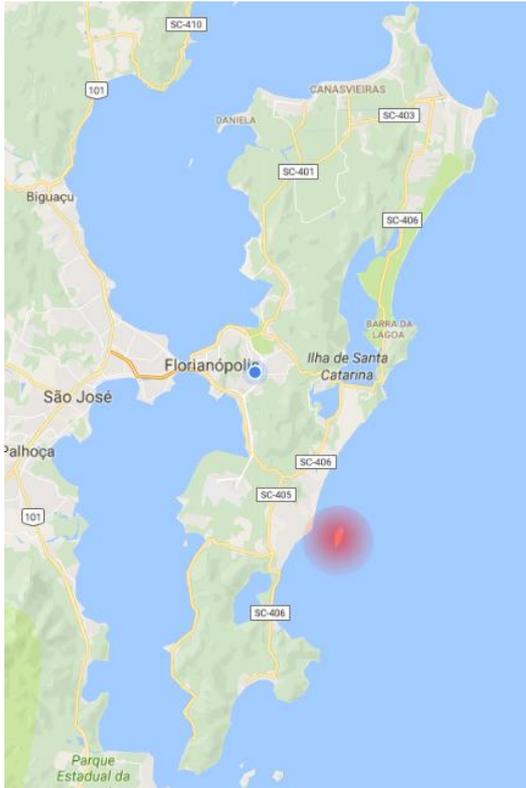
Nai – Quando tu analisas tua trajetória acadêmica, na paisagem, na arquitetura, achas que tuas experiências no Rio de Janeiro e no Espírito Santo

te prepararam para enfrentar a Ilha do Campeche? Tuas experiências se complementam?

Cintia – Minha leitura da Ilha do Campeche não é a leitura de uma arquiteta. Passei pela geografia, pela ecologia, sempre fui muito próxima dessa área ambiental. Minha preocupação não é só com a área construída, arqueológica. No meu entender, pra você proteger uma paisagem, você tem que fazer um zoom e proteger aquela especiezinha porque dela depende outra. Na parte terrestre também, você tem que proteger todos os organismos pra você ter aquela paisagem construída. Porque senão vai ser um cenário – não basta o olhar do paisagista, do arquiteto, tem que ser o olhar do biólogo, do ecólogo, para que cuide daquelas relações todas pra que você tenha este resultado cênico. No meu mestrado escolhi um método para fazer o teste da gestão e para propor ações futuras.

Nauí – Como a formação de arquiteta contribuiu em todos estes trabalhos que estão à margem da arquitetura como a botânica, a arqueologia?

Cintia – O estágio no escritório do Burle Marx de alguma forma foi mais definidor do que a graduação. A parte de paisagismo na escola de arquitetura é muito pouca. Quando eu fui pro Rio, daí eu frequentava o Jardim Botânico, fiz cursos de iniciação botânica, tentando suprir lacunas que tive na formação. Ia fazendo esses cursinhos. Daí, no Espírito Santo, eu fiz a especialização em ecologia e foi muito legal porque ele juntou um monte de informação que eu tinha dispersa e organizou meu pensamento para ter um olhar mais do ecólogo. Menos do arquiteto.





Fontes da imagens, em sentido horário: (1 e 2): Google Maps; (3, 4, 5 e 6):
<http://ilhadocampecheIPHAN.blogspot.com.br/> .